

O KUWAIT AFRICANO

HÁ 22 ANOS QUE EM CABINDA SE TRAVA UMA DAS GUERRAS ESQUECIDAS
DO CONTINENTE AFRICANO. DE UM LADO, A FLEC. DO OUTRO
O GOVERNO DE ANGOLA. UM CONFLITO COM SABOR A PETRÓLEO

Texto e fotografias de PETER STRANDBERG

NA HUMIDA floresta tropical e nas montanhas inacessíveis do pequeno enclave de Cabinda trava-se há 22 anos uma guerra quase desconhecida, entre a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) e o Exército governamental angolano. Os guerrilheiros da FLEC controlam o interior e o exército domina as cidades mais importantes e o litoral. Ocupado com a guerra civil contra a UNITA, o regime angolano tem conseguido dissimular o que realmente se passa em Cabinda, interessado que está em conservar os lucros de milhões de dólares provenientes do seu «ouro negro».

Uma visita às áreas controladas pelos guerrilheiros implica uma jornada de vários dias, primeiro através das florestas do Sul do Zaire, depois uma travessia do rio Chiluango em canoa e, finalmente, uma longa marcha rumo às florestas tropicais de Cabinda. Um grupo de mulheres que nos segue desde o rio transporta sem problemas sacos de arroz de 25 quilos, que troca por fruta no quartel-general dos guerrilheiros. Em redor das aldeias desta zona foram abertas clareiras na floresta para a cultura de bananeiras e mangueiras, que ali se desenvolvem bem.

O movimento de libertação domina esta área desde que os portugueses abandonaram o país, conseguindo defender-se nas florestas densas e montanhas agrestes das diversas ofensivas do Exército angolano e dos soldados cubanos, sobrevivendo com pouca ajuda do exterior. «Temos cerca de cinco mil homens, enquanto os angolanos têm pelo menos 25 mil, equipados com helicópteros, caças MiG e artilharia pesada, e mesmo assim nunca estiveram perto de nos derrotar», diz o comandante adjunto da guerrilha, Bonifácio Chicata, no quartel-general dos guerrilheiros, situado no Norte de Cabinda.

Tal como muitos outros guerrilheiros, o comandante Chicata há 22 anos que combate sem interrupção nas florestas. O exer-



Dois residentes numa «zona libertada» da FLEC vítimas do rebentamento de uma mina

cito guerrilheiro dispõe de espingardas AK-47, RPG, e usa todo o tipo de uniformes. Há cabindas que foram recrutados à força, quer pelo Exército angolano quer pela UNITA, mas que desertaram e se juntaram à FLEC logo que puderam. O capitão Moisés Bomba, por exemplo, levou consi-

go outros 16 cabindas quando regressou à sua terra natal para se alistar na FLEC.

Des Macosso foi obrigado a alistar-se na UNITA aos 12 anos, mas escapou e conseguiu chegar a uma base da FLEC na floresta. Algumas vezes a UNITA apoiou a luta da FLEC e falou de cooperação militar contra o regime angolano. Nos anos 80, por exemplo, 15 comandantes da FLEC foram treinados na Jamba. Mas Macosso confirma que, em Setembro, a UNITA deslocou cerca de dois mil soldados, 30 camiões e armamento pesado para a sua base de Miconje, perto da fronteira congoleza do Norte de Cabinda. Quer as tropas quer o armamento foram dissimulados das forças de paz da ONU em Angola, aparentemente, conseguiram atravessar centenas de quilómetros através do Zaire até Cabinda. «Nem o MPLA nem a UNITA têm nada que fazer em Cabinda», dizem os dois desertores.

A população civil da região canta alegremente quando a bandeira amarela, azul e vermelha de Cabinda eçada no mastro e uma coluna de várias centenas de guerrilheiros começa a marchar para ocidente.

Ao longo da estrada, outras unidades da guerrilha vão saindo das suas bases bem dissimuladas na floresta para se juntarem ao grosso da coluna. Ao fim seis horas a peregrinação a floresta, aproximamo-nos da capital distrital, Necuto, controlada desde há quatro anos pelo Exército angolano. É uma marcha por ravinas profundas, rios e uma floresta tropical quase virgem, com umas quantas pequenas aldeias.

O Exército angolano não gosta de penetrar na floresta, pois a guerrilha minou todas as sendas e é famosa pelas suas emboscadas ditas em «5», em que os soldados angolanos são levados a disparar uns contra os outros e, em pânico, acabam por se internar na vegetação densa. «Aqueles que fogem para a floresta nunca voltam, e só os encontramos quando começam a cheirar mal», diz um jovem guerrilheiro.

Prosseguimos por alguns quilómetros naquilo que foi uma estrada no tempo dos portugueses, mas que foi completamente invadida por capim de grande altura, e chegamos finalmente a pequena comunidade de Cungu Butano, que fica a menos de um quilómetro da posição mais próxima do Exército angolano. Cerca de 60 casas ao longo da pequena rua principal foram incendiadas e perpassadas de balas.

«Os soldados angolanos vieram aqui durante o Verão e queimaram as nossas casas, e muitas aldeias das redondezas foram tratadas da mesma maneira. Roubam-nos tudo, as roupas, e até nos levam as portas», diz Pedro Bastos Pambo, o anfitrião da aldeia que, com um pequeno grupo de refugiados, regressou às casas pilhadas. A situação e a mesma em povoações como Dingé e Buco Zau, onde houve combates violentos entre os guerrilheiros da FLEC e o Exército angolano.

A FLEC sabe que agora não pode capturar e conservar o domínio de uma cidade, como costumava fazer nos anos 80, quando controlava 75 por cento do enclave. «O sofrimento, para nós e para os civis, seria terrível», diz Estanislau Miguel Bomba, dirigente militar da FLEC. Os guerrilheiros entretêm-se por a população de Cabinda ter sido impedida de ver o documentário sobre a FLEC feito pela televisão portuguesa, em Setembro. «Os angolanos, no litoral, cortaram a electricidade quando o documentário foi passado», explica um anfitrião.

ASAGA DOS REFUGIADOS

UM CÍRCULO de cabanas de madeira construídas na floresta serve de hospital de escola para a população da zona. De uma população de cerca de 400 mil pessoas, só perto de 90 mil continuam a viver no interior de Cabinda. Três em cada quatro cabindas são refugiados, mas enquanto 10 a 15 mil vivem em sete campos ao longo da fronteira com o Zaire e o Congo, a grande maioria foi absorvida pelos diversos países da África Central desde os anos 60. «Temos cerca de 25 mil pessoas a viver nas áreas controladas pela FLEC em Cabinda», diz o dr. Alexandre Batche, responsável pelo sector da saúde naquilo a que a FLEC chama de Cabinda Livre.

Batche explica que a situação humanitária é má. Não lhes faltam alimentos, ► porque conseguem comerciar com as aldeias do Zaire, mas precisam de medicamentos, roupas, de quase tudo o resto. «Nem um só médico estrangeiro esteve aqui desde 1974, nem uma única organização, não recebemos sequer uma sopa, e em 22 anos nem uma única criança foi vacinada. Tenho crianças a morrer com

Continua na pág. seguinte

Aos leitores

Em virtude de fatores alheios à nossa vontade, ficamos sem poder editar Notícias Africanas desde julho. Esperamos, doravante, darmos sequência à edição do clipping sem solução de continuidade.

Moçambique privatiza cinemas

AS AUTORIDADES moçambicanas estão a privatizar os cinemas nacionalizados após a independência e a Lusomundo tornou-se a primeira distribuidora portuguesa a entrar no mercado, adquirindo por 360 mil dólares o cinema Xenon, a sala de espectáculos mais moderna de Maputo.

A distribuidora também se comprometeu a investir um total de 810 mil dólares na reabilitação das instalações e na reciclagem do pessoal do cinema agora privatizado por concurso. Localizado na cosmopolita avenida Nyerere, no bairro da Polana, o Xenon foi construído em vésperas da Independência.

Estatizado logo a seguir, em 1975, como todas as salas de espectáculos do país, foi colocado sob gestão do Instituto Nacional de Cinema (INC) e, ao longo de duas décadas sem qualquer reabilitação, o seu estado foi-se deteriorando.

Após a sua reabilitação física, o Xenon será integrado no circuito de distribuição da Luso-

mundo, tornando-se no único cinema de Maputo a exibir filmes recentes e de alegada qualidade. Apesar das maiores distribuidoras mundiais servirem a vizinha África do Sul, a exigência das legendas em português consistiu sempre um obstáculo à sua entrada no mercado moçambicano.

Actualmente, as salas por todo o país apresentam apenas velhíssimas cópias sobreviventes do INC ou produções série B importadas por pequenos distribuidores asiáticos, geralmente filmes musicais indianos ou de kung-fu. Nos últimos anos, a maioria funcionava sobretudo como local de culto da Igreja Universal do Reino de Deus.

A I.U.R.D., que chegou a ocupar a maioria dos cine-teatros de Maputo, foi recentemente impedida de ali oficiar pelo ministério da Cultura, uma das entidades que está supervisionando a privatização dos cinemas. Mesmo assim, entre os vários concorrentes ao concurso do Xenon conta-se um representante "clan-

destino" da IURD, que terá oferecido 500 mil dólares mas acabou por ser preterido em favor da Lusomundo.

O processo prosseguirá com a privatização, ainda este ano, de mais cinco cinemas, localizados nas províncias de Maputo, Inhambane, Manica, Sofala e Zambézia. Algumas salas de espectáculos já se encontravam sob gestão privada, como é o caso do teatro Avenida, entregue ao grupo Mutumbela Gogo.

Em Dezembro último, especialistas portugueses estiveram em Maputo para proceder ao levantamento do estado das salas de espectáculos, no âmbito do programa de cooperação cultural Cena Lusofona.

Uma fonte do INC argumentou que a privatização actualmente em curso providenciará ao INC "uma injeção financeira" destinada ao relançamento das suas actividades, em "grande parte paralisadas devido à falta de dinheiro".

Contudo, não adiantou a que

actividades se referia. No passado, o INC desenvolveu uma importante produção cinematográfica, mormente de documentários e de actualidades, mas esse sector encontra-se paralisado há muito. A retomada aparenta-se inviável na sequência da destruição de equipamento e instalações num grande incêndio anos atrás, que suscitou na altura suspeitas de fogo posto.

Os grandes cinemas construídos sob a administração colonial encontram-se actualmente em péssimo estado, infestados de pulgas e ratos, com projectores avariados, cortinas rasgadas e assentos arrancados.

A ruína das salas de cinema levou ao aparecimento de espaços alternativos. Em muitas cidades e vilas, os comerciantes asiáticos instalaram bancos e cadeiras diante de um televisor nos jardins de suas residências e ali passam casetes de vídeo por um preço acessível ao público popular, que gosta de assistir às telenovelas brasileiras curtindo o fresquinho da noite, cavaqueando animadamente durante toda a sessão. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

— Continuação da pág. anterior —

O KUWAIT AFRICANO

paludismo, sarampo e doenças tropicais, a água potável é apenas um dos muitos problemas com que temos de nos confrontar. A mortalidade infantil é enorme, e depois ainda temos as minas...

«O Alto Comissariado para os Refugiados sabe que existimos porque esteve aqui e levou alguns prisioneiros de guerra angolanos, mas não recebemos qualquer ajuda», diz Baiche, furioso. Nas camas de madeira estão prostrados alguns doentes com paludismo, mas o dr. Baiche pouco pode fazer, pois o único equipamento que tem é uma balança para recém-nascidos, nada mais. Lá fora, esperam cerca de 20 inválidos de guerra, a maioria deles atingidos por minas. Não dispõem de proteções, e um deles, Alexandre Moamba, acabava de chegar do Zaire — uma caminhada de 45 quilómetros pela selva e pelas montanhas íngremes, só com uma perna.

Atonso Lello Conga, de 19 anos, foi gravemente ferido durante um combate no Sul de Cabinda. Num ataque com granadas do Exército angolano, perdeu uma perna e um olho e os seus camaradas transportaram-no a pé durante nove dias até à fronteira zaireense onde, contra todas as expectativas, lhe salvaram a vida no hospital de Cuimba. «O mundo abandonou-nos», diz o dr. Baiche em voz seca.

As escolas das zonas controladas pela FLEC também têm falta de tudo, desde livros a canetas. Na área que rodeia o quartel-general há 785 crianças entre os sete e os 12 anos que perseveram com velhas fotocópias de livros escolares dos tempos coloniais. «Ouvimos falar da preocupação do Governo português com a crescente influência da língua e cultura francesas em África, mas ninguém se deu ao incómodo de nos enviar sequer um livro de leitura em português», diz um dos professores. Para os mais velhos, que recordam os velhos tempos, a atitude dos portugueses é difícil de compreender.

Depois de ter sido assinado o Tratado de Simulambuco, em 1885, em que Cabinda foi declarada protectorado português, várias entidades da realeza local foram convidadas a visitar Lisboa, onde o Rei D. Luís II, o padrinho de Manuel Pina, a cuja família foi atribuído o título de barão de Cabinda



Paí e filho, duas gerações de guerrilheiros cabindas

A MALDIÇÃO DE CABINDA

O ENCLAVE de Cabinda, outrora chamado Porto Rico pelos portugueses, tem diversos recursos naturais: florestas virgens, ouro, diamantes, café, petróleo. Com a sua pequena população, Cabinda podia muito bem ser um Kuwait africano. Mas é apenas mais um campo de batalha.

Jose Luis Veraz acha que o único motivo para a ocupação angolana é a cobiça: «O petróleo é a nossa maldição. Se não tivéssemos petróleo, o nosso país teria sido independente em 1975, tal como outras pequenas colónias portuguesas como São Tomé e Cabo Verde. Mas, devido ao petróleo, há mais de 20 anos que o regime angolano combate a UNITA, tendo as armas do MPLA, bem como as tropas russas e cubanas, sido pagas com o petróleo de Cabinda.»

Com o dinheiro do petróleo, as autoridades angolanas têm conseguido comprar

dirigentes importantes, organizar partidos e movimentos fantoches para dividir a resistência. O Governo angolano tem sido igualmente muito generoso a silenciares políticos incomodados dos países vizinhos, que têm procurado levar a questão de Cabinda às Nações Unidas e outros foruns internacionais.

A FLEC diz que, se quisesse, poderia fazer ir pelos ares as plataformas petrolíferas no mar. Não o faz porque as consequências seriam devastadoras para todas as partes envolvidas. Talvez seja verdade, mas também é possível que a Chevron-Gulf lhe pague «impostos» para que a produção de petróleo não seja sabotada. As empresas mineiras estrangeiras que exploram grupos de prospecção para o Norte de Cabinda, foram obrigadas a pagar resgates à FLEC, a fim de obterem a libertação do seu pessoal.

«Podemos discutir e negociar o petróleo com todas as partes envolvidas e quando quiserem, mas nunca negociaremos o direito do nosso povo à liberdade, nunca!», diz Manuel N Zita, porta-

voz da FLEC e filho do presidente do movimento, Tiago N Zita. Segundo Manuel N Zita, o envio de portugueses na questão de Cabinda é uma vergonha para o país. «Os revolucionários e comunistas dirigidos pelo almirante Rosa Coutinho, que entregaram o nosso país aos seus acólitos marxistas do MPLA em 1974-75, são responsáveis pelo que aconteceu em Cabinda, mas a aceitação pelos portugueses do silenciamento informativo perpetrado por Angola ao longo de 22 anos levou o mundo a esquecer o povo de Cabinda.»

Os dirigentes da FLEC sentem-se traídos quando ouvem, por exemplo, Portugal e Angola protestar fortemente contra a ocupação indonésia de Timor, enquanto se conserva um silêncio sobre Cabinda. «A ocupação angolana de Cabinda não é diferente da ocupação de Timor-Leste, da Eritreia, do Sara Ocidental, do Kuwait e de outros pequenos Estados. Até 1885 fomos livres, enquanto Angola era uma colónia há 400 anos. Entre 1885 e 1956 fomos um protectorado português, governado directamente a partir de Lisboa, não de Angola. Só em 1956 o governador português passou a governar-nos a partir de Luanda, mas éramos encarados como um Estado separado pela ONU e por todas as outras organizações durante a descolonização da África, nos anos 60. A Guiné-Bissau e Cabo Verde também eram uma colónia, tal como o Zaire, o Ruanda e o Burundi eram colónias e hoje são todos Estados separados, todos excepto Cabinda», diz Manuel N Zita.

A FLEC aceneta que não pretende fazer a guerra em Cabinda, mas enquanto não houver alternativa a ninguém lhes pode chamar assassinos e terroristas. «O mundo deve reagir antes que seja tarde demais, de contrário não sabemos o que pode acontecer aqui em Cabinda», adverte Manuel N Zita.

Num banco em frente a uma cabana está sentado Mateus Bonga, de 60 anos, junto do filho. O filho está armado e de regresso a linha da frente, enquanto no chão três miúdos brincam com latas de sardinha vazias. Mateus Bonga fugiu do litoral quando os combates começaram em 1974 e não mais abandonou as selvas do Norte. «Perdi aqui a minha mulher, um dos meus filhos foi morto nos combates, e o meu país está ocupado, mas os meus netos vão continuar a lutar até ao dia em que alcancemos a liberdade», diz Mateus, apontando para as crianças que brincam no chão. ■

Tradução de RUI DE CARVALHO

Warren Christopher no Cabo e em Joanesburgo

PÚBLICO
13 - 10 - 96

Uma lança em África

O SECRETÁRIO de Estado norte-americano, Warren Christopher, declarou, ontem, na Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, que Washington não se afastará da África; e indirectamente criticou a França por tentar ser a potência predominante naquele continente.

Ao discursar no vasto estabelecimento universitário, Christopher disse que grande parte da África se encontra numa situação frágil e que necessita do "apoio de todos os seus amigos; e não apenas do patrocínio exclusivo de alguns".

Depois de haver estado no Mali, na Tanzânia e na Etiópia, o chefe da diplomacia norte-americana afirmou que todas as nações devem cooperar, e não competir entre si, se acaso se pretender dar aos africanos um futuro melhor.

"Passou o tempo em que a África podia ser talhada em esferas de influência ou em que potências externas podiam encarar grupos de estados como seu domínio privado", prosseguiu Christopher, ao dar a entender que Washington se considera com tanto direito quanto Paris ou Londres a participar na resolução das questões africanas.



Mandela e Christopher: os Estados Unidos não devem decidir tudo sozinho...

Os comentários seguiram-se às críticas francesas a esta primeira viagem do Secretário de Estado norte-americano a territórios a Sul do Sara, mas há quem atribua o novo interesse por tais paragens ao desejo de se conseguir para o Presidente Clinton os votos de mais negros norte-americanos, nas eleições de 5 de Novembro.

Ontem, antes do discurso em Joanesburgo, Warren Christopher esteve na Cidade do Cabo com o chefe do Estado, Nelson Mandela, para lhe "vender" a ideia de

uma força africana de reacção às crises que frequentemente se verificam no continente.

Mandela, sorridente, respondeu-lhe que muito bem; que sim senhor, que a proposta é boa, mas que a iniciativa não deverá ser tomada por um só país, neste caso os Estados Unidos, mas antes pelas Nações Unidas e pela Organização de Unidade Africana (OUA).

O visitante não se deu por vencido e retorquiu que, claro, Washington tenciona mesmo "colaborar estreita-

mente" com aquelas duas entidades na formação da desejável força, para a qual até agora ainda só a Etiópia se comprometeu a fornecer dois batalhões.

Por outro lado, o Presidente Mandela também marcou alguma distância em relação ao desejo norte-americano de que o egípcio Butros Butros-Ghali seja substituído no fim deste ano como secretário-geral da ONU, tendo-lhe recordado que os africanos gostariam de o ver reconduzido, para um segundo mandato. ■

Angola

Tudo continua em suspenso

PÚBLICO
13 - 10 - 96

O CONSELHO de Segurança das Nações Unidas acabou por aprovar este fim-de-semana, depois de longas negociações, uma resolução que protela pelo mínimo de seis semanas quaisquer medidas mais concretas para o fortalecimento da paz em Angola, onde há perto de dois anos já não existe uma guerra de carácter generalizado mas também ainda não foi possível partir para a recuperação.

Na base de um compromisso entre os observadores do processo angolano que normalmente ajudam a ONU — Estados Unidos, Portugal e

Rússia — e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o secretário-geral Butros Butros-Ghali terá de apresentar no dia 20 de Novembro, segundo aniversário do Protocolo de Lusaca, um novo relatório sobre o progresso feito por Luanda e pela UNITA no sentido do entendimento.

Entretanto, o mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III) foi renovado até dia 11 de Dezembro, na presunção de que até lá haverá tempo para os líderes das duas partes conferenciarem e para as Forças Ar-

madas se solidificarem como entidade unificada.

A comunidade internacional quer ver a Administração angolana vigorar em todas as parcelas do território e Jonas Savimbi conseguir um estatuto especial como chefe do maior partido da oposição, de modo a ser possível uma normalização da vida nacional e a organização de novos actos eleitorais daqui a dois ou três anos.

O primeiro encontro a verificar-se dentro de Angola entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, desde há quatro anos, é uma possibili-

dade em aberto para estas próximas seis semanas, de modo a que se chegue ao fim do ano com a livre circulação de pessoas e de bens por todo o país, com uma Assembleia Nacional a funcionar na plenitude dos seus deputados, de 12 partidos, e com a formação de um Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional.

Só depois do completo entendimento entre o MPLA, partido maioritário, e a UNITA, segunda formação política, é que será possível resolver problemas como o de uma maior autonomia para a província de Cabinda, rica em petróleo. ■ J.H.

Procedimento "humilhante" do consulado impede Pepetela de falar em Oxford

Vicissitudes de um africano na Europa civilizada

PÚBLICO
13 - 10 - 96

O ESCRITOR de nacionalidade angolana Pepetela recusou, em Setembro último, um convite para participar num colóquio sobre literatura em língua portuguesa, cuja realização esteve a cargo da Associação de Lusitanistas da Universidade de Oxford, em Inglaterra, e onde estiveram presentes José Craveirinha e José Cardoso Pires, entre outros. O escritor explicou a recusa com as formalidades — do seu ponto de vista "humilhantes" — que lhe foram exigidas pelo consulado britânico em Lisboa para a concessão de um visto de entrada no Reino Unido.

Contactado pelo PÚBLICO, Pepetela, que se encontra em Portugal com um visto de permanência de um ano, conta que em Julho passado se dirigiu ao consulado britânico para saber qual a documentação necessária para a emissão de um visto válido por uma semana. "Mostrei a carta-convite da Universidade de Oxford e o meu passaporte. Pediram-me para apresentar os movimentos da minha conta bancária nos últimos seis meses, uma cópia do contrato de arrendamento da casa onde resido em



Pepetela

Lisboa, assim como os recibos dos pagamentos mensais. Vim-me embora porque considerei o procedimento humilhante". "Se fosse em Luanda, o consulado britânico não teria feito nada disto, tenho a certeza", acrescentou.

Pepetela diz ter comunicado, em seguida, à Associação de Lusitanistas de Oxford que não iria estar presente no congresso, que se realizou no início de Setembro. "Penso que eles se mexeram e escreveram para a embaixada britânica em Lisboa". Afirma ter recebido

um telefonema, feito por alguém em nome do embaixador, a explicar que se tinha tratado de um engano e a pedir-lhe para se dirigir de novo ao consulado para tratar do visto, sem que fosse necessário apresentar a documentação inicialmente pedida. O escritor não o fez, e acabou por não participar no congresso em Oxford.

Na opinião de Pepetela, que diz ter conhecimento de outros casos semelhantes passados com cidadãos angolanos no consulado britânico em Lisboa, "cada vez é mais difícil os africanos movimentarem-se na Europa".

"Procedimentos habituais"

Segundo o adido de imprensa da embaixada britânica em Lisboa, Simon Wilson, "o consulado ter-se-á limitado a obedecer aos procedimentos habituais". Angola faz parte da lista de mais de cem países cujos cidadãos, sempre que queiram viajar para o Reino Unido, têm de pedir a emissão do visto de entrada. Uma lei do Parlamento inglês sobre entrada de

cidadãos estrangeiros no Reino Unido, datada de 23 de Maio de 1994 (que veio introduzir alterações a um diploma de 1971 que já estipulava normas semelhantes), define, entre outros, que o visitante deve dispor de recursos, neste caso financeiros, que lhe permitam custear as despesas durante a sua estada no país.

As normas internas das representações diplomáticas no exterior indicam que, antes da emissão de vistos, deve ser confirmado se o visitante dispõe desses recursos, através da apresentação de "extractos bancários recentes, contratos de compra ou aluguer de habitação", cheques de viagem e títulos de crédito, entre outros.

Documentos que também podem ser exigidos pelos serviços consulares são "reservas de hotel" ou "cartas-convite" quando os titulares pretendam deslocar-se ao Reino Unido para responder a determinadas solicitações. Pepetela tinha, e mostrou, uma carta-convite da prestigiada Universidade de Oxford, mas no seu caso não foi suficiente para o dispensar das restantes formalidades... ■

Clara Teixeira

União Europeia quer ajudar a África Austral

Mensagem de Jaime Gama

"A COMUNIDADE dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que recentemente fundámos em Lisboa está empenhada em obter a autodeterminação para o povo de Timor-Leste, cujos expoentes da resistência acabam de ser galardoados com o Prémio Nobel da Paz", disse ontem em Windhoek o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, durante a sua intervenção perante delegados de 27 países.

Os 15 ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia (UE) e os 12 da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) estão a passar em revista, na capital da Namíbia, o estado das relações e da cooperação entre estes dois blocos regionais.

"A intensificação do relacionamento internacional levamos a entender a CPLP como uma comunidade aberta ao intercâmbio activo com as suas congéneres de outras línguas e,

ainda, como uma área de concertação que potencia adequadamente a inserção dos seus membros em estruturas regionais, quer se situem na América Latina, em África ou na Europa", explicou Gama.

"Gostaria de ver uma aproximação concreta entre a Europa, por via da política externa e de segurança comum da UE e até da própria União da Europa Ocidental, e a estrutura responsável pela segurança e defesa no âmbito da SADC. Essa articulação seria muito adequada para o cumprimento de tarefas de prevenção de conflitos, estabelecimento e manutenção da paz determinadas pela ONU; e deveria também ter por referencial um quadro mais vasto de colaboração com outros agrupamentos regionais e com a Organização de Unidade Africana (OUA)", prosseguiu o ministro português.

"O dispositivo multilateral agora criado na África Austral,

caracterizado pela procura do consenso e pela flexibilidade, parece-me especialmente adaptado às realidades políticas desta área e à delicadeza das matérias sob sua responsabilidade", observou o enviado de Lisboa, segundo o qual se abrem aos países da região perspectivas de segurança e prosperidade "há poucos anos dificilmente imagináveis".

Gama recordou a sua proposta de uma cimeira euro-africana, que sirva para um diálogo político ao mais alto nível entre todos os chefes de Estado e de Governo da União Europeia e de todos os estados africanos.

Entretanto, as 27 delegações participantes na reunião ministerial de Windhoek deverão chegar hoje a um acordo sobre os meios de consolidar os laços privilegiados que já unem a UE à África Austral. A Europa ocidental tem manifestado particular interesse no desenvolvimento conjugado de todos

os territórios que compõem a SADC, o que inclui Angola, Moçambique, a Zâmbia, a Tanzânia e o Malawi.

Pinheiro e as "bizarrias"

Os Quinze têm dado uma atenção especial às questões de segurança e de defesa na África Austral, declarou na oportunidade o comissário europeu encarregado das relações com o Terceiro Mundo, João de Deus Pinheiro. Por isso mesmo, o antigo ministro português dos Negócios Estrangeiros achou "um pouco bizarro" ter aparecido agora uma proposta norte-americana de força de paz para os conflitos em África da qual não se sabe muito bem quem é que seria o responsável.

João de Deus Pinheiro recordou que a UE defende a for-

Continua na pág. seguinte

PÚBLICO
15 - 10 - 96

Christopher terminou o seu périplo africano

PÚBLICO
15-10-96

Apelo a uma cimeira na capital de Angola

Jorge Heitor

Os chefes das diplomacias dos Estados Unidos e de Portugal voltaram, em acções simultâneas, respectivamente em Luanda e em Windhoek, a chamar a atenção para a importância da reconciliação de todos os angolanos, mormente os que constituem o regime actual e os que militam na UNITA. Espera-se que Novembro possa vir a ser um mês de assinalável avanço.

O secretário norte-americano de Estado, Warren Christopher, terminou ontem a sua visita a Angola com um apelo ao Presidente José Eduardo dos Santos e ao líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, para que se reúnam "em Luanda, o mais depressa possível", a fim de acelerarem o processo de paz que em 1991 foi traçado em Bicesse e em 1994 remodelado em Lusaca.

"A integração política é essencial", sublinhou o secretário de Estado, que, antes de chegar a Washington, no regresso da sua primeira viagem à África a



Warren Christopher durante a sua passagem pela Cidade do Cabo

sul do Sara, ainda fava uma escala na ilha do Sal, em Cabo Verde. "As duas partes devem cumprir o que lhes cabe. Isso deve ser feito urgentemente, porque as Nações Unidas vão partir em breve", prosseguiu Warren Christopher, que visitou o Mali, a Etiópia, a Tanzânia e a África do Sul, a manifestar um novo interesse de Washington pelo que se passa em terras africanas.

O visitante não conseguiu

conferenciar com Savimbi, porque este continuou a recusar deslocar-se à capital, sob o pretexto de que aí não se encontra em segurança. Mas enviou ao Bailundo o secretário de Estado-adjunto para os Assuntos Africanos, George Moose, a fim de que este obtivesse do chefe da oposição um compromisso claro de que ira a Luanda conferenciar com o "seu" Presidente

Convidado a comentar a re-

cusar do líder da UNITA de ir ontem ao seu encontro. Warren Christopher disse que foi uma "ocasião perdida" de trocarem impressões sobre temas muito importantes. Mas esta não foi a primeira vez que Jonas Savimbi não quis apresentar-se em Luanda, pois o mesmo já sucedeu quando das visitas do anterior Presidente português, Mário Soares, e de uma série de chefes de Estado africanos.

"É muito importante que até Novembro haja resultados, pois, de outro modo, o Conselho de Segurança tomará medidas", destacou o chefe da diplomacia norte-americana. Referiu-se a que aquele órgão das Nações Unidas ameaçou na semana passada impor sanções à UNITA se esta não se esforçar mais por cumprir a sua parte do Protocolo de Lusaca.

O partido de Savimbi está já proibido de receber petróleo e armas, mas pode vir a ser forçado a fechar os seus escritórios em diversos países e ver recusados pedidos de visto para os seus dirigentes se deslocarem pelo mundo, na defesa dos respectivos pontos de vista.

Segundo um alto responsável do Departamento de Estado, citado pela AFP, a Administração norte-americana está a ficar cada vez mais irritada com as atitudes da UNITA, mas também não quer cortar os contactos com ela, aparentemente por recear que o movimento do Galo Negro se radicalize.

Christopher esteve apenas quatro horas em Luanda, uma cidade cuja população mais do que triplicou nos últimos 20 anos, devido à guerra que devastou uma grande parte do país e erapurró as populações para o litoral.

Posição portuguesa

Enquanto isso, em Windhoek, na vizinha Namíbia, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, observava que "a situação em Angola continua plena de incertezas que é urgente esclarecer" e que "só a completa implementação do Protocolo de Lusaca, sem dilacões nem ambiguidades, assegurará que a paz é irreversível" (ver texto ao lado).

Gama salientou que o facto de, em princípio, o órgão da SADC para a política, defesa e segurança se voltar a reunir sobre o caso angolano antes do fim do ano e prova suficiente de quanto a paz em Angola é necessária a "uma verdadeira estabilidade na África Austral".

O que os Estados Unidos, Portugal e a ONU esperam agora é que o chefe de Estado angolano e o líder da oposição conferenciem mesmo durante o próximo mês, pela primeira vez em Luanda desde que a guerra se recendeu, após as eleições gerais do fim de Setembro de 1992.

A comunidade internacional quer chegar ao fim do ano com umas Forças Armadas totalmente unificadas, com o início do processo de desmobilização ordenada dos excedentes, com uma Assembleia Nacional a funcionar com todos os seus deputados e com um Governo em que a UNITA esteja devidamente representada. ■

Continuação da pág. anterior

Mensagem de Jaime Gama

mação de tropas de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas e da Organização de Unidade Africana (OUA).

Quanto ao acordo de comércio livre que Bruxelas está a negociar com a República da África do Sul, o comissário europeu esclareceu que será concluído de modo a não prejudicar os demais países da SADC, entre os quais se contam, também, o Botswana, a Suazilândia, o Lesoto, o Zimbábue e Moçambique.

Segundo uma enviada da AFP, João de Deus falou à imprensa de uma próxima conferência dos 27 (UE mais SADC) especialmente dedicada à desminagem de Angola, esse território imenso que a Europa gostaria de ver em paz, para que todos os seus recursos pudessem ser devidamente aproveitados.

Guiné-Bissau

Moção de censura

NA SESSÃO que hoje começa, a Assembleia Nacional da Guiné-Bissau tem para discutir uma moção de censura ao Governo, apresentada pela maioria dos 38 deputados da oposição, metade dos quais pertencem ao Movimento Bafatá, de Domingos Fernandes.

De passagem por Lisboa, o líder do Bafatá, médico, de 45 anos, disse que o seu grupo está particularmente preocupado

Das terras e das águas angolanas será possível extrair quase tanto petróleo quanto se obtém na Nigéria, para além de haver numerosos jazigos de diamantes, ouro, ferro, cobre, manganês, chumbo, volfrâmio, urânio e fosfatos. ■ J.M.

PÚBLICO
15-10-96

por o Governo de Saturnino Costa ter decidido entrar quase de imediato, já em Janeiro, na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), o que significa acabar com o peso guineense e adoptar o franco da Comunidade Financeira Africana (CFA). "Trata-se da hipoteca de uma parte significativa da nossa soberania: a moeda", declarou Domingos Fernandes.

Há perto de 10 anos que este arauto da lusofonia defende a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), recentemente criada, e receia agora ver as estruturas económicas do vizinho Senegal abafarem qualquer iniciativa própria dos guineenses. "Uma decisão tão grave como a da troca do peso pelo franco CFA não se compadece com a precipitação e a improvisação que tem estado a caracterizar este processo de adesão à UEMOA, onde além do Senegal já se encontram a Costa do Marfim, o To-

go, o Benim, o Burkina Faso, o Níger e o Mali", afirmou ao PÚBLICO o político guineense, que nos próximos dias deverá ter contacto com alguns políticos portugueses.

"Os custos da entrada da Guiné-Bissau naquela união, a curto prazo, são elevadíssimos. A quota de adesão é de aproximadamente 140 milhões de dólares, num país cuja dívida externa já se eleva a 800 milhões", explicou Domingos Fernandes, que só gostaria que a adesão se verificasse em 1999, depois de resolvidos outros problemas da Guiné-Bissau, como a efectivação das primeiras eleições autárquicas, no próximo ano, e a realização de novas legislativas, em 1998.

"É uma pena que a CPLP não tenha nos seus horizontes próximos a solidariedade ou solidariedade económica", lamentou o nosso interlocutor. A UEMOA ele prefere claramente a Comunidade Econó-

Continua na pág. seguinte

Representante da UNITA em Portugal falou ao PÚBLICO

“Governo angolano recebe armas”

PÚBLICO
18 - 10 - 96

Jorge Heitor

O representante de Savimbi em Portugal afirma que continua a chegar a Angola material de guerra. Só que não é para a UNITA. Para este movimento, a comunidade internacional tem dois pesos e duas medidas: pouco se importa com o que o Governo de Luanda faz ou deixa de fazer; mas insiste em pressionar o principal partido da oposição. Apesar de tudo, a UNITA diz que a paz é irreversível.

“Do lado contrário, continua a chegar material de guerra em quantidades industriais, mas a comunidade internacional não se importa. A UNITA é que estão sempre a exigir tudo”, disse ontem ao PÚBLICO o representante daquele partido angolano em Lisboa, Isaac Wambembe, acompanhado por Carlos Morgado, representante-adjunto, e pelo porta-voz do movimento, Rui Oliveira.

“Para nós, a paz é irreversível. Preferimos caminhar devagar, mas de forma sólida. Acantonámos 63.173 homens e en-

viámos para Luanda o número de generais que foi combinado. Foram para lá assumir funções, mas ainda não lhes deram trabalho”, acrescentou Wambembe, para quem é possível que, no próximo mês, possa haver finalmente uma reunião entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi.

“Esperávamos uma certa reciprocidade, com o regresso das forças governamentais aos quartéis, a recolha de todas as armas em poder de civis e que o MPLA sabe perfeitamente onde estão, o aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), a saída dos mercenários...”, prosseguiu o representante da principal força da oposição angolana.

“Estamos prontos para a cimeira desde o fim do nosso Congresso (em Agosto), o Governo é que pediu que fosse adiada. Depende agora do Presidente da República, mas como Luanda não tem condições de segurança, deverá ser fora da capital, talvez na provincia do Cuanza Sul ou na do Namibe. Por que é que tem de ser em Luanda?”, argumenta Isaac Wambembe, segundo o qual as Nações Unidas têm sido “muito tímidas” sempre que se trata de pressionar as autoridades angolanas.

Ministeriáveis

Enquanto aguarda que se complete o dossier militar para depois se passar à parte política da reconciliação nacional, a UNITA já forneceu ao chefe do Estado quatro ou cinco nomes de ministeriáveis para cada uma das quatro pastas que lhe cabem na Administração Central: Geologia e Minas, Comércio, Saúde e Hotelaria e Turismo. Caberá agora a José Eduardo dos Santos fazer uma escolha.

Justificando o facto de não ocupar integralmente a sua bancada parlamentar de 70 lugares, a UNITA argumenta que é um contra-senso estar-se a insistir nesse ponto, uma vez que o movimento ainda é — ou ainda se considera —, em grande medida, um partido ilegal, entendendo que não dispõe de condições para exercer uma actividade política normal na área de Luanda.

De resto, do ponto de vista da UNITA, o processo democrático ainda não está concluído. Apenas o estará, quando a vida começar a normalizar — com um Governo de Unidade Nacional e um Parlamento a funcionar em plenitude —, e se criarem as condições para a organização da segunda volta das eleições presidenciais iniciadas em 1992. Depois, há ainda que pensar na viabilidade de eleições a nível local, regional ou provincial.

Na primeira volta, há quatro anos, José Eduardo dos Santos obteve 49,57 por cento dos votos expressos e Jonas Savimbi 40,07, pelo que — não tendo havido ninguém com pelo menos metade dos sufrágios — se mantém em aberto a necessidade legal de um desempate entre os dois candidatos mais votados.

Colocado perante a hipótese de as Nações Unidas se retirarem de Angola em Fevereiro de 1997 e de, a partir daí, se reabrirem as hostilidades, o representante da UNITA considera que não poderá haver nova guerra. “Quem quiser a guerra, vai fazê-la sozinho. E isso já não será a guerra, mas sim um massacre”, argumentou Wambembe.

A UNITA, que rejeitou para o seu chefe uma segunda vice-presidência da República, preferindo aguardar a segunda volta das presidenciais, espera agora ver aceite a sua contraproposta, para que Jonas Savimbi seja formalmente reconhecido como o chefe da oposição, tenha livre acesso à imprensa angolana e seja consultado sobre todas as questões importantes da vida política nacional. ■

Continuação da pág. anterior

Moção de censura

mica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), até porque esta — com os seus 180 milhões de cidadãos — poderia vir a criar uma moeda própria, independente do franco.

Por outro lado, o líder do Bafatá pretende assinalar o décimo aniversário do seu movimento com uma reunião dos partidos de oposição existentes nos países africanos de língua oficial portuguesa (os PALOP), a fim de reflectirem sobre o papel que lhes cabe e as dificuldades com que se debatem. ■ J.M.

África do Sul Evocação de Machel

JORNAL PÚBLICO
18 - 10 - 96

O PRESIDENTE da República da África do Sul, Nelson Mandela, prometeu ontem não deixar pedra sobre pedra até que se saiba toda a verdade sobre o acidente de aviação em que, no dia 19 de Outubro de 1986, morreu o primeiro chefe do Estado moçambicano, Samora Moisés Machel.

Numa cerimónia que decorreu junto à fronteira da África do Sul com Moçambique, na zona em que o avião caiu, Mandela deu claramente a entender, segundo a agência Reuter, acreditar que Machel teria sido vítima de agentes do antigo regime sul-africano.

“Ainda não temos certezas sobre a cadeia precisa de acontecimentos que retirou à África um dos seus maiores dirigentes. Mas sabemos que, nessa altura, feridas impiedosas estavam a ser infligidas à nossa querida África Austral pela máquina de guerra do apartheid... era a barbárie dos defensores deste crime contra a humanidade. Nenhum país que se identificasse com o povo sul-africano, nenhum dirigente que manifestasse solidariedade prática com ele, era poupado”, disse o Presidente, que estava acompanhado pelo seu homólogo moçambicano, Joaquim Chissano, sucessor de Machel.

Um inquérito oficial declarou na altura que a queda do aparelho resultou de um erro do soviético que o pilotava, mas já na sua primeira visita ao local, há três anos, Nelson Mandela manifestou a intenção de reabrir o dossier sobre a

morte do Presidente moçambicano e de três dezenas de outras figuras, incluindo os seus conselheiros Aquino de Bragança e Fernando Honwana.

Contendo as lágrimas, a viúva de Samora, Graça Machel, colocou ontem uma coroa de flores no simples monumento que existe no local do desastre, mas conservou-se a uma discreta distância em relação a Mandela, com quem actualmente mantém uma relação amorosa.

Fora dos olhares dos fotógrafos, o chefe de Estado sul-africano beijou o rosto de Graça Machel quando ela chegou e mais tarde chegou a colocá-lhe a mão no ombro, em sinal de conforto; mas recusou-se a posar com ela frente às câmaras, alegando que isso não seria apropriado à solenidade da cerimónia.

Continua na pág. seguinte

EFEMÉRIDE

Machel: dez anos de mistério

PÚBLICO
19-10-96

SAMORA Moisés Machel, desaparecido faz hoje 10 anos na fronteira da África do Sul com Moçambique, nascera em 29 de Setembro de 1933 ali relativamente perto, na localidade tradicional de Xilambone, a que os portugueses deram o sugestivo nome de "aldeia da Madrugada", no colono do Limpopo, província de Gema.

O seu avô, Maguvelhú, era parente de Gungunhana, o chefe tradicional que se opôs à colonização, no tempo de el-rei D. Carlos I, e que por isso foi preso em Chaimite por Mouzinho de Albuquerque e deportado para a Europa, vindo a morrer em Angra do Heroísmo, nos Açores.

Samora, cujo nome evocava as terras de Samora Correia, no vale do Tejo, passou a infância a ajudar os pais nos trabalhos agrícolas e na criação de gado, mas sempre conseguiu algum tempo para fazer a instrução primária com os missionários católicos que se tinham instalado na região.

Durante a adolescência, foi viver para a então Lourenço Marques, hoje Maputo, e completou o curso de enfermeiro, profissão que exercia no Hospital Central da cidade quando em 1962 se criou a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), sob a égide de Eduardo Mondlane, outro elemento da etnia xangane, aparentada com os zulus.

Dezando de parte a enfermagem, Samora — que também era Moisés, como o velho condutor do povo judaico — fez-se então à estrada e foi até ao Tanganica, daí a pouco Tânzânia, alistar-se na guerrilha, e em 1963 já havia notícias dele a receber treino militar na Argélia.

De regresso à pátria de Julius Nyerere, estava então a fazer 31 anos, Samora Machel participou em 1964 nas primeiras colunas da Frelimo que cruzaram o rio Rovuma e se infiltraram na província moçambicana de Cabo Delgado, a fim de si desencadear a luta pela independência nacional, independência de um país que só tinha identidade própria porque Portugal aí se instalara,

submetendo e congregando povos bem diversos.

Em 1967 sucedeu a secretário da Defesa no movimento que controlava o Norte do território e dois anos depois, com a morte de Mondlane, vítima de uma corte armada, na Tânzânia, chegou a líder, depois de suplantar as facções dirigidas por Luís Kavundane e por Uria Simango.

Instituto do pensamento de Mao Tse-tung, transformou a luta de libertação de um território colonizado numa autêntica revolução popular, criou aldeias comunistas, combateu o tribalismo e instituiu o português como língua de unidade entre todos os moçambicanos, que viviam — e vivem — rodeados por territórios onde se fala oficialmente inglês.

Em Setembro de 1974 concluiu com Portugal, em Lusena, os acordos para a transferência de soberania, a concretizar em Junho de 1975, durante uma cerimónia no estádio da Machava, junto a Maputo. Fora tudo demasiado rápido: numa dúzia de anos passara de praticante de enfermagem a chefe de Estado, com enorme vontade de cumprir essa porventura sem todas as condições necessárias para tal.

Numa época de entusiasmo, de que mais tarde ele e muitos outros dirigentes da Frelimo se teriam provestura arrependido, nacionalizou a terra, os serviços urbanos e quase todo o comércio e indústria, levando à fuga da maioria dos portugueses que viviam em Moçambique e que ali mantinham a economia a funcionar.

Generoso, Samora Machel ofereceu bases e auxílio aos guerrilheiros de Robert Mugabe, para que lutassem pela independência do Zimbábue, acolheu mili-



tantes do ANC que combatiam o apartheid sul-africano e resarcou na delegação moçambicana na ONU um lugar para José Ramos Horta defender os pontos de vista da Frelimo, favorecendo a autodeterminação do Timor-Leste.

A Rodésia/Zimbábue e a África do Sul vingaram-se dele apoiando a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), que a partir de 1977 iria lançar a luta armada contra a Frelimo, tal como 13 anos antes esta a lançara contra Portugal.

Extravertido, o Presidente foi uma figura extremamente popular, tanto no seu país como em parte do estrangeiro. Defendia grandes princípios e queria mudar por completo a sociedade, acabando com vícios como a corrupção e a prostituição, mas não pôde fazer de forma bastante dura, arrebatando todos os marginais que havia pelas ruas da capital e mandando-os para campos de trabalho no Norte, os chamados "campos de reeducação", de má memória.

Apesar de toda a sua boa vontade, Machel não conseguiu aumentar a produção nem evitar a fome. A falta de quadros, as secas e a desestabilização patrocinada pelo regime sul-africano encaminharam Moçambique para o "top-ten" do sofrimento humano.

Em 1986, decorridos 12 anos de governação cheia de escolhos, o "Tupolev 134A" em que o Presidente regressava de uma reunião na Zâmbia caiu na região sul-africana de Mbuzini, junto à fronteira com Moçambique e com a Suazilândia, tendo perecido Samora Machel, o ministro dos Transportes e Comunicações, Alcântara Santos, e mais três dezenas de ocupantes do aparelho.

O Bureau Político da Frelimo, a Comissão Permanente da Assembleia Popular e o Conse-

lho de Ministros consideraram, na altura, que o avião, tripulado por civis, se despenhou "em circunstâncias não esclarecidas".

Peritos da Aeronáutica Civil e fontes oficiais moçambicanas disseram, nos dias imediatos, que o acidente se devera a "erro humano", mas Rádio Vaticano falou na hipótese de o avião ter sido abatido por um abate.

O Congresso Pan-Africano (PAC) acusou Pretória de ter querido assassinar o Presidente de Moçambique, alegando que o regime sul-africano tinha missões terra-ár tanto na zona de Komatipoort como no longo da fronteira que daí decaem até à região onde o aparelho caiu, já a algumas quilómetros da vila moçambicana de Namacha.

Milhares de jovens incardinaram os escritórios de South Africa Airways em Harare, no Zimbábue, como reacção pela morte de Samora, e já na semana anterior ao desaparecimento da carismática figura o director da Agência de Informação de Moçambique (AIM), Carlos Cardoso, escrevera num comentário que a eliminação física do Presidente da República por militares sul-africanos era algo de provável.

Uma tese de que o assassinio de controverso dirigente moçambicano "parecia estar na agenda" dos militares defensores do apartheid foi agora aparentemente retomada pelo actual líder da África do Sul, Nelson Mandela, que hoje se encontra em Maputo a fim de entregar, a título póstumo, a Grã-Cruz da Ordem da Boa Esperança, pelo "contributo dado à liberdade e à democracia".

Quinta-feira, numa deslocação ao local onde o avião presidencial caiu na noite de 19 de Outubro de 1986, o primeiro chefe de Estado negro sul-africano prometeu não deixar pedra sobre pedra até se garantir, em devido tempo, que toda a verdade será conhecida sobre as circunstâncias que rodearam a morte trágica de Samora Moisés Machel, uma das figuras mais destacadas da África Austral nestas últimas décadas. ■

Jorge Heller

MNE português defende Europa como "parceiro privilegiado" dos africanos

Gama na África do Sul com Angola no coração

PÚBLICO
20-10-96

O MINISTRO português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, conferenciou ontem na África do Sul, onde se encontra há cinco dias, com Alioune Blondin Beye, representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, informa a agência Lusa.

Gama foi ao principal país

da região depois de, na Namíbia, haver participado a semana passada na reunião de 27 ministros da União Europeia e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), onde elogiou "a secular tradição diplomática africana, que sempre favoreceu o diálogo e a negociação para harmonizar divergências de interesses". E recordou

que "a situação em Angola continua plena de incertezas, que é urgente esclarecer".

Em Março último, Jaime Gama propôs aos seus colegas da União Europeia uma cimeira euro-africana que deverá decorrer possivelmente em 1997 e ter por objectivo um diálogo político ao mais alto nível entre os Quinze e a generalidade da África. E

dia 14 deste mês, em Windhoek, observou: "Queremos contribuir para que se inclua o continente africano no tabuleiro político e económico mundial."

Tanto na Namíbia como na África do Sul, o ministro português defendeu junto dos seus interlocutores que a Europa é um "parceiro privilegiado" da África. ■

Continuação da pág. anterior

"Daria uma impressão errada. Bem vêem como ela está perturbada", explicou Mandela aos jornalistas, que tinham ocorrido à zona de Mbuzini, onde se concentraram 2000 pessoas de um e outro lado da fronteira.

O Presidente vai amanhã a Maputo a fim de entregar a Samora Machel, a título póstumo, a mais alta condecoração que Pretória concede a cidadãos estrangeiros: a Grã-Cruz da Ordem da Boa Esperança. ■ J.M.

Guiné-Bissau

PÚBLICO
21-10-96

À beira do franco

A GUINÉ-BISSAU, há quase 16 anos presidida por João Bernardo Vieira, "Nino", encontra-se actualmente numa encruzilhada, que poderá vir a marcar profundamente o seu futuro político.

O Governo do coronel Saturnino Costa surpreendeu os seus compatriotas quando anunciou que o país iria, a

partir de 1 de Janeiro de 1997, aderir à zona do franco. E o facto é que tal opção, para ser materializada, carece do apoio de pelo menos dois terços da Assembleia Nacional, pois obriga a alterar a Constituição, que consagra ao banco central a emissão do "peso", moeda nacional desde 1976, ano em que o então Presiden-

te Luís Cabral o criou, para substituir o "escudo" herdado da administração colonial.

A Assembleia encontra-se reunida desde o dia 15 e tem ainda na agenda, além de outros pontos, a lei das finanças, a lei do recenseamento eleitoral, com vista à realização de autárquicas no próximo ano, uma moção de censura ao Governo proposta pelos partidos da oposição e a questão dos 50 africanos em Julho expulsos da Espanha para Bissau.

Continua na pág. seguinte

PSD celebra protocolos com Frelimo e Renamo

REFINALDO
CHILENGUE
correspondente
em Maputo*

O PSD vai enviar uma equipa de juristas para Moçambique, no início de 1997, para colaborar com a Frelimo no levantamento de problemas na área da justiça. A cooperação entre os dois partidos será definida num

protocolo a celebrar brevemente, mas Marcelo Rebelo de Sousa, que termina hoje uma visita de cinco dias a Moçambique, já deixou a promessa a Joaquim Chissano.

Outro protocolo de cooperação partidária será também assinado entre o PSD e a Renamo, segundo acordaram, também esta semana, o presidente do PSD e o líder da oposição

moçambicana, Afonso Dhlakama.

Ontem, em declarações aos jornalistas, em Maputo, Marcelo Rebelo de Sousa mostrou-se muito impressionado com os encontros que manteve com o chefe de Estado e com o líder da Renamo.

Na ocasião, considerou Moçambique como «um modelo particularmente raro no que diz respeito à democracia, desenvolvimento económico e justiça social, não só em África mas no mundo inteiro».

Renamo tranquiliza líder do PSD

O líder do PSD confessou que temia que os ex-guerrilheiros da Renamo pudessem ser acometidos pela impaciência e se recusassem a aceitar os resulta-

EXPRESSO
26 - 10 - 96

dos das eleições de 1994, querendo converter em eleições gerais as locais previstas para os finais de 1997, pretendendo contra-poderes em algumas áreas do país, ou levando a cabo outras acções que possam conduzir à paralisação da democracia e suas instituições.

Mas acrescentou ter verificado, «com alegria», que a oposição respeitou os resultados eleitorais de 1994 e aguarda agora o escrutínio previsto para 1999, optando por manter um protagonismo oposicionista sem paralisar o Governo.

«Em tempo recordo Moçambique conseguiu sair da guerra para a paz instituir uma organização democrática, com um Go

Continua na pág. seguinte

África do Sul

PÚBLICO
22 - 10 - 96

A lama do "apartheid"

O GENERAL na reserva Johan van der Merwe, antigo comissário da polícia sul-africana, declarou ontem ter recebido em 1988 instruções do ministro da Lei e da Ordem Adriaan Vlok no sentido de colocar explosivos num edifício do Conselho das Igrejas, que tinha simpatias pelo ANC; e que o mesmo afirmou falar em nome do Presidente Pieter Botha. Outros polícias que ontem fala-

ram à Comissão da Verdade e Reconciliação, que está a investigar factos sobre o passado recente da África do Sul, disseram ter dúvidas de que o sucessor de Botha, Frederik de Klerk, esteja isento de quaisquer culpas em golpes baixos contra a oposição, durante a vigência do "apartheid". A comissão é presidida pelo arcebispo anglicano Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz em 1984. ■

Continuação da pág. anterior

A operação de charme montada pelas autoridades com o apoio de técnicos da



"Nino" Vieira

União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), para convencer os deputados das vantagens da adesão, não parece ter sido convincente; e mesmo alguns parlamentares do PAIGC — no poder desde o reconhecimento da independência, em 1974 — só votarão a favor se lhes for imposta a disciplina partidária.

Mesmo que isso aconteça, os 62 deputados da maioria precisarão de mais quatro votos da oposição para obter os dois terços necessários à revisão constitucional que acabaria com o "peso". As bancadas do Movimento Bafatá e da União para a Mudança vão

votar contra, subsistindo porém alguma dúvida quanto ao Partido da Renovação Social (PRS), de Kumba Ialá, que nos últimos tempos tem procurado não hostilizar o Governo, havendo-se até desvinculado da moção de censura à equipa de Saturnino Costa.

Desde o anúncio da adesão ao franco da Comunidade Financeira Africana (CFA), que circula no Senegal, Mali, Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Níger e Togo, os sete países da UEMOA, o "peso" guineense perdeu a pouca confiança que ainda detinha, com uma desaceleração cambial na ordem dos 50 por cento, a inflação atingiu os 40 por cento e prevê-se que no fim do ano chegue aos 70. São registos importantes, se se tiver em conta que na zona do franco a inflação se situa nos 10 por cento.

A mudança de moeda é uma operação que deverá custar 120 milhões de dólares (18 milhões de contos) e para a qual se conta com financiamentos não só da França mas também da Formosa e da Suécia, sabendo-se que na generalidade a União Europeia é um dos maiores apoiantes da iniciativa. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

Investimento de um milhão e meio de contos com a Sonangol

Petrogal abre postos em Angola

PÚBLICO
25 - 10 - 96

A SONANGALP — "joint-venture" entre a Sonangol e a Petrogal — vai abrir oito novos postos de abastecimento de combustíveis em Angola, num investimento que ascende a um milhão e meio de contos. Estes novos postos são uma consequência da retoma da actividade económica naquele país em resultado da acalmia política e mais um passo da petrolífera portuguesa na expansão para o mercado africano.

Com este novos oito postos, a Sonangalp fará ascender o número de estações de serviço de duas para 10 naquele país, quatro das quais em Luanda. Esta é, aliás, uma das vertentes do crescimento dos negócios da Sonangalp como consequência de um relacionamento mais estreito entre a petrolífera portuguesa e a angolana. Esta "joint-venture" — cujo capital é de 51 por cento da Sonangol e 49 por cento da Petrogal — tem como contrapartida uma outra "joint-venture" com sede em Portugal, a Sopor. Nesta, ao contrário, é a Petrogal que detém 51 por cento e a Sonangol o restante. A Sopor tem 31 postos de abastecimento em Portugal.

Além de Angola, a Petrogal está também presente em Moçambique, com apenas um pos-

to — no Maputo —, enquanto na Guiné o número ascende já a quatro. "O nosso plano estratégico aposta na expansão para o mercado ibérico e africano", diz António Mocho, da direcção de comunicação da petrolífera nacional.

A consolidação da estratégia africana poderia receber um reforço substancial se a Sonangol tomasse uma participação de 10 por cento no capital da Petrogal — hipótese desde há bastante tempo aventada. Como a capacidade de refinação da Sonangol não é suficiente para abastecer o mercado angolano, a ligação estratégica à petrolífera portuguesa reforçaria a possibilidade de a Sonangol vir a refinar petróleo em Sines.

No âmbito deste reforço de cooperação, a Petrogal, a Sonangol e a Faculdade de Engenharia do Porto assinam hoje um protocolo para formação de quadros da empresa angolana em Portugal. Os cursos de pós-graduação para especialização na área petrolífera serão ministrados a engenheiros entre Outubro e Julho, sendo os custos de transporte e alojamento suportados pela Petrogal. A primeira acção terá início hoje, com 22 alunos durante o ano lectivo em curso. ■ O.O.

CARLOS VEIGA, primeiro-ministro de Cabo Verde

“A adesão à francofonia não implica a entrada na zona do franco”

HELDER
C. MARTINS

«A NOSSA Adesão à francofonia é apenas a adesão à Agência de Cooperação Científica e Técnica, mas não significa que Cabo Verde entre na zona do franco.» A afirmação é do primeiro-ministro cabo-verdiano, em entrevista ao EXPRESSO. Para Carlos Veiga, a adesão à agência que gere os recursos da cooperação num espaço dominado por interesses francófonos em nada compromete o empenho do seu país na Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), que vê como uma comunidade mais «profunda», porque «parte da cultura para a cooperação económica». Apesar de Cabo Verde ainda não estar a sofrer os efeitos da redução da ajuda externa, Carlos Veiga defende que o país deve preparar-se para encontrar novos recursos, nomeadamente através da exportação.

EXPRESSO — O aumento do desemprego é frequentemente associado às privatizações, qual o balanço que faz dos últimos três anos?

CARLOS VEIGA — O balanço é positivo, na medida em que a venda de empresas do Estado não provocou grande aumento de desemprego. Das privatizações surgiram 31 empresas novas, e o encaixe financeiro — que não era o mais importante — é ainda assim positivo.

EXP. — Estamos a falar de que montantes?

C.V. — As empresas em Cabo Verde são pequenas, mas pensamos que o valor ronda os 3,6 milhões de contos cabo-verdianos (cerca do dobro em escudos portugueses).

EXP. — Quais são as empresas públicas que falta privatizar?

C.V. — Estamos a finalizar o processo de privatização de três unidades hoteleiras e a preparar a segunda fase da privatização das telecomunicações, que será a venda de acções ao público

e a emigrantes. Temos também o processo da empresa de combustíveis ENACOL. No próximo ano vamos avançar com a Caixa Económica de Cabo Verde e o Banco Comercial do Atlântico (BCA) e também com os Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV).

EXP. — Em que moldes vão ser vendidas essas empresas e qual o calendário previsto?

C.V. — Vamos manter uma «golden-share» na ENACOL. Nos transportes aéreos está definido uma privatização parcial de 49 por cento. Nos bancos a privatização é também parcial, mas o Estado manterá uma quota, que poderá até nem ser maioritária. O processo da Caixa Económica arranca em 1997, enquanto o BCA e os TACV necessitam de ser previamente reestruturados. Mas, em 1998 todo o processo deverá estar concluído.

EXP. — O investimento estrangeiro é determinante para a economia cabo-verdiana, quais as áreas que privilegiam?

C.V. — Desejamos investimento estrangeiro em áreas como o turismo, as pescas e as indústrias viradas para a exportação.

EXP. — Cabo Verde está a meio caminho das Ca-

ralbas e apesar do investimento no sector do turismo ainda não consegue «roubar» quota de mercado a esse destino. O que está a falhar?

C.V. — O transporte ainda é bastante caro, sobretudo o transporte aéreo. Penso que esse é o constrangimento principal. Estamos a trabalhar para que o custo qualidade-comodidade seja muito mais favorável. É por isso que estamos a investir nesse sentido. Os TACV compraram recentemente um Boeing para assegurar ligações directas com vários pontos do continente europeu e estamos a trabalhar ao mercado oeste-africano para baixar substancialmente o custo dos transportes.

EXP. — O seu Governo faz não só um apelo ao investimento estrangeiro mas também a uma certa deslocalização da indústria portuguesa?

C.V. — Fazemos esse apelo pela nossa localização, pela existência de uma situação relativamente estável do ponto de vista político e social, pela existência de uma mão-de-obra com um bom nível de aprendizagem e pela possibilidade que o país dá no acesso a outros mercados. Além disso, uma empresa de capital

externo mas de direito cabo-verdiano tem acesso em condições normais ao mercado oeste-africano. A própria integração de Cabo Verde no espaço francófono vai facilitar esse tipo de actuação. Por isso apostamos nessa deslocalização, que consideramos corresponder ao nosso desejo de parceria estratégica com Portugal. Pensamos que isso tem vantagens mútuas.

EXP. — Mas esse empenho na adesão à francofonia, consagrado até no programa de Governo sob a fórmula de «adesão plena», não poderá comprometer iniciativas como a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP)?

C.V. — De modo algum. A nossa adesão à francofonia é apenas a adesão à Agência de Cooperação Científica e Técnica, mas não significa, por exemplo, que Cabo Verde entre na zona do franco. Esse é um espaço de integração económica e monetária. É a união económica e monetária oeste-africana que mesmo den-

Continua na pág. seguinte

Continuação da pág. anterior

verno que governa, uma oposição que respeita as regras democráticas, um Parlamento que vota leis e que revê a Constituição e uma administração pública e uma justiça que vão ter que se adaptar às novas circunstâncias da vida do país», comentou Marcelo Rebelo de Sousa, mostrando-se convicto que o desenvolvimento económico do país será visível dentro de «quatro ou cinco anos».

Além dos encontros com Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, Marcelo encontrou-se com a comunidade portuguesa radicada em Moçambique, visitou diversos empreendimentos sócio-económicos na capital do país, na cidade da Beira, e foi ainda ao complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa, na vila do Songo, província de Tete.

A deslocação à África do Sul, prevista para o fim-de-semana, foi entretanto anulada por motivos pessoais que obrigaram o líder do PSD a regressar a Lisboa ainda hoje.

*com CRISTINA FIGUEIREDO



“É legítimo que Cabo Verde pretenda diversificar a sua cooperação e as suas fontes de financiamento, mas isso em nada compromete o empenho na Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (CPLP)”

Continuação da pág. anterior

tro da CEDAO se discute se deve ou não existir.

EXP. — Mas existem grandes problemas na zona do franco?

C.V. — Certo, embora estejam a ter bons resultados e uma boa recuperação macroeconómica. É legítimo que Cabo Verde queira diversificar a sua cooperação e as suas fontes de financiamento, da ajuda ao desenvolvimento, mas isso em nada compromete a CPLP, que é uma comunidade mais profunda: Uma comunidade que parte do cimento que é a cultura para uma cooperação económica mais estreita e que queremos também muito mais desenvolvida.

EXP. — Mas não existe uma contradição?

C.V. — Não há nenhuma contradição. Penso que até reforçará a CPLP porque lhe permitirá fazer a ponte, do mesmo modo que é útil à CPLP que Portugal esteja na UE e que o Brasil pertença ao Mercosul.

EXP. — Por quanto tempo vão manter as práticas que contrariam o comércio livre, como a contingentação e o aumento de tarifas nas importações, a que recorrem para evitar a desvalorização?

C.V. — São medidas conjunturais que derivam da impossibilidade de usar medidas de política fiscal orçamental, já que o Orçamento foi aprovado em fins de Maio e só entrou em execução em finais de Junho. O que significa que durante seis meses estivemos impedidos de utilizar os instrumentos da política fiscal e orçamental e tivemos de adoptar medidas administrativas de efeito imediato para travarmos um situação que podia tornar-se demasiado grave. Por isso contingentámos 26 produtos. São medidas transitórias. Este mês vamos liberalizar alguns desses produtos e até ao fim do ano contamos voltar ao processo normal e vamos passar a utilizar instrumentos de política fiscal.

EXP. — E a nível de reservas cambiais?

C.V. — Um dos problemas mais graves que temos, por estarmos num processo de transição de uma economia de comércio externo administrado para a liberaliza-

ção é o crescimento exponencial das importações, que não é compensado pelo aumento das exportações. Este ano as exportações deverão atingir um milhão de contos, mas isso está longe de cobrir importações, que em 96 serão da ordem dos 15 milhões. Será necessário reduzir a procura agregada, através de algum aperto de cinto ao Estado.

EXP. — Essa situação reflectiu-se negativamente nas reservas cambiais?

C.V. — Sim. Mas vamos chegar ao fim do ano com reservas para 4 meses de importações, o que é considerado suficiente.

EXP. — Aperto ao Estado significa diminuição do investimento público?

C.V. — Não. Refiro-me a uma diminuição das despesas públicas correntes. Nas despesas de investimento a parte muito relevante que é financiada com recursos externo não vai ser cortada. Em 1997 o défice orçamental deverá ser de 5 %.

EXP. — Uma das críticas que se fazem ao seu Governo é ser demasiado liberal. Não teme que, à semelhança do que aconteceu no passado, se estejam a importar modelos económicos desajustados da realidade?

C.V. — Essa crítica não tem muita base. Nós gastamos 30 por cento das despesas do Orçamento em funções sociais (educação, saúde). Nível que é de longe superior ao que o regime de partido único fazia com todas as suas preocupações ditadas sociais.

Como é que se pode falar de ultraliberalismo se o Estado é ainda o maior empregador, se continua a ter um peso fortíssimo na economia? Mas Cabo Verde tem de ser uma economia aberta, onde a iniciativa privada seja determinante e o mercado o motor de toda actividade económica.

A solução é liberalizar, privatizar, dar lugar à iniciativa privada, mantendo o Estado um papel como incentivador e dinamizador, fiscalizador e também de suporte de políticas sociais, indispensáveis à manutenção do próprio equilíbrio do desenvolvimento económico.

O desenvolvimento não será possível sem se manter um equilíbrio social, mesmo que seja mínimo e frágil, como acontece hoje.

ANGOLA

EXPRESSO
26 - 10 - 96

Tecnocarro alia-se à Assiconstrói

GUSTAVO COSTA
correspondente
em Luanda

A TECNOCARRO, um dos maiores grupos económicos privados em Angola, pela mão do empresário português José Récio, deverá transformar-se no principal parceiro da Assiconstrói, pertencente ao grupo A. Silva & Silva, após a assinatura de um contrato de associação entre ambas, apostadas em conquistar o mercado angolano no domínio da construção civil.

Este acordo, prevê a participação directa da Habitar, empresa especializada do grupo Tecnocarro cujo activo, calculado em mais de 7 milhões de dólares (cerca de um milhão de contos), será avaliado por uma empresa independente, con-

sagrando-se uma repartição de 50 por cento das acções

para cada uma das partes.

Com uma carteira de obras estimada em mais de 30 milhões de dólares, a Habitar, que foi pioneira na introdução da tecnologia ABM em Angola, prepara-se com este acordo para dar um salto qualitativo que lhe permita enfrentar no fu-

turo desafios mais ousados.

Através da Assiconstrói, a Habitar prevê potenciar o seu gabinete técnico, com recurso a pessoal especializado no domínio da construção civil, oferecendo em contrapartida ao grupo português, um vasto mercado de obras de grande envergadura.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Arte-Final: Cléber Cordeiro. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Associação de Estudos Africanos - Rua da Assembleia 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900 - 51111 de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 533-3000, Rosal 250 e 531-2636. We ask for exchange.

IMPRESSO